

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.287.454 - GO (2018/0098813-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : LUIZ GONZAGA SOARES GIL - GO024200  
BRYAN MIOTTO E OUTRO(S) - GO031121  
**AGRAVANTE** : ADM GRAIN RIVER SYSTEM INC  
**ADVOGADOS** : ROVER ROCHA - GO011630  
ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA FREITAS - SP166496  
CHRISTIANO DE LIMA E SILVA MELO - GO021517  
CELSOS UMBERTO LUCHESI - GO023694A  
FLÁVIO FERREIRA PASSOS - GO024331  
JULIANA VISCONTE MARTELI - SP186181  
**AGRAVADO** : MOINHO GOIAS SA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
**REPR. POR** : MAURACY ANDRADE DE FREITAS - ADMINISTRADOR  
**ADVOGADOS** : MURILLO MACEDO LÔBO - GO014615  
ANDRÉA MACEDO LOBO - GO008013  
RAMON CARMO DOS SANTOS E OUTRO(S) - GO034008  
**AGRAVADO** : CARGILL AGRÍCOLA S A  
**ADVOGADOS** : ROVER ROCHA - GO011630  
FLÁVIO FERREIRA PASSOS - GO024331  
JULIANA VISCONTE MARTELI E OUTRO(S) - SP186181  
**INTERES.** : SANEAMENTO DE GOIAS S/A  
**INTERES.** : COTRIJUI - COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL  
**INTERES.** : JOSE RONALDO DOS SANTOS  
**INTERES.** : JOAO PAULO ALVES DIAS  
**INTERES.** : ALAN DA COSTA SILVA  
**INTERES.** : MARCOS ANTONIO DA CUNHA RODRIGUES  
**INTERES.** : ITAU UNIBANCO S.A  
**INTERES.** : BAYER S/A  
**INTERES.** : CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D  
**INTERES.** : CAMERA AGROALIMENTOS S.A  
**INTERES.** : SANTOS CREDIT MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO  
FINANCEIRO  
**INTERES.** : AGRORESERVAS DO BRASIL LTDA  
**INTERES.** : FRANCO GRASSI  
**INTERES.** : TEREZINHA SILVIA DO VALE PEROTTO  
**INTERES.** : ANA SILVA FARIAS  
**INTERES.** : DIONISIO PEDROSA LINS DIONISIO  
**INTERES.** : EDER RODRIGUES DA SILVA  
**INTERES.** : HENOCH ROCHA PAIVA  
**INTERES.** : LEANDRO FROTA MACENO DA SILVA  
**INTERES.** : MANOEL DALVINO DA SILVA  
**INTERES.** : ROBERTO PEREIRA LIMA  
**INTERES.** : ROSALUCE OLIVEIRA DE ALMEIDA

INTERES. : SEBASTIAO RODRIGUES DE MELO  
INTERES. : DANIELA ALVES EVANGELISTA  
INTERES. : JULIANA SOUZA E SILVA CARDOSO  
INTERES. : ANDERSON FONTELES DA SILVA ARANTES  
INTERES. : HUGO SPIRANDELI  
INTERES. : ADELMINO LOPES  
INTERES. : RICARDO COELHO QUEIROZ  
INTERES. : WILKER ANTONIO FERNANDES DA SILVA

## DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por BANCO DO BRASIL SA contra decisão que não admitiu o recurso especial manejado em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, assim ementado:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECEBIMENTO COMO AGRAVO INTERNO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. DECISÃO MONOCRÁTICA. FATO NOVO INEXISTENTE. DECISÃO RECORRIDA RATIFICADA.

1. Em razão do princípio da fungibilidade recursal, impõe-se o recebimento dos aclaratórios como se fossem agravo interno, ante a possibilidade da conversão, conforme precedentes do STJ, mormente considerando a inexistência dos requisitos insertos no artigo 535 do CPC.

2. Em se tratando de matéria a cujo respeito é dominante o entendimento no respectivo Tribunal e/ou Cortes Superiores (STF e STJ) veiculado em súmula ou jurisprudência, o Relator está autorizado com lastro no art. 557, § 1º-A do CPC prover recurso, permissividade que não implica em ofensa aos princípios do devido processo legal, unirrecorribilidade e duplo grau de jurisdição.

3. Não infirmados pela parte agravante os requisitos que embasaram a decisão recorrida, desmerece modificação o ato monocrático verberado. AGRAVO REGIMENTAIS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.

Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa.

Nas razões do recurso especial, sustenta afronta aos seguintes dispositivos de lei federal:

**a) art. 535, II, do CPC/73** - vício quanto ao entendimento de necessidade de ratificação do recurso de agravo de instrumento preteritamente interposto;

**b) art. 557 do CPC/73** - não poderia a questão ser decidida em juízo monocrático, pois não havia entendimento consolidado acerca da matéria;

**c) art. 538, parágrafo único, do CPC/73** - os embargos de declaração não foram protelatórios, devendo ser afastada a multa aplicada; e

**d) art. 538, caput, do CPC/73 e dissídio pretoriano** - nos termos da Súmula n. 418/STJ, obrigatória a ratificação das razões recursais quando opostos embargos

de declaração pela parte *ex adversa*, sob pena de não conhecimento.

É o relatório.

DECIDO.

2. Apesar da alegação de que o acórdão recorrido teria sido viciado quanto à tese de prematuridade do agravo de instrumento apresentado na origem, pois não fora ratificado, observa-se que não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação ao art. 535 do Código de Processo Civil de 1973. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

O acórdão recorrido expressamente consignou:

*Ab initio*, em relação à preliminar arguida pelo terceiro interessado Banco do Brasil S/A em suas contrarrazões no que tange à intempestividade do recurso porquanto ajuizado antes do julgamento dos aclaratórios por ele opostos, sem préstimo a assertiva.

(...)

No caso concreto, tem-se que foram interpostos embargos declaratórios pelo Banco do Brasil S/A contra a decisão agravada que, por sua vez, foram rejeitados pelo juízo primevo, consoante se depreende de ato decisório publicado em 15/10/2014.

Neste delinear, força convir pela prescindibilidade da ratificação dos termos da objeção oposta, visto que não operada sua modificação/integração, sendo desarrazoado, à luz do princípio da instrumentalidade das formas, penalizar aquele que interpõe recurso tempestivo perante o ato decisório embargado. - fls. 1.248-1.249.

Portanto, foi analisada a questão de eventual intempestividade do recurso apresentado na instância ordinária, por prematuridade, ao contrário do alegado pela parte ora recorrente.

3. Concernente ao art. 557 do CPC/73, o entendimento do STJ é pacífico no sentido de que eventual nulidade referente ao julgamento monocrático de recurso, nos termos do referido dispositivo legal, é sanada com a apreciação do agravo regimental pelo respectivo órgão colegiado. Confira-se:

PROCEDIMENTO DE INTERDIÇÃO. MINISTÉRIO PÚBLICO. CURADOR ESPECIAL. NOMEAÇÃO. CONFLITO DE INTERESSES. AUSÊNCIA. INTERESSES DO INTERDITANDO. GARANTIA. REPRESENTAÇÃO. FUNÇÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. DECISÃO SINGULAR DO RELATOR (CPC, ART. 557) NULIDADE. JULGAMENTO DO COLEGIADO. INEXISTÊNCIA.

1. Eventual ofensa ao art. 557 do CPC fica superada pelo julgamento colegiado do agravo regimental interposto contra a decisão singular do Relator. Precedentes.

2. A designação de curador especial tem por pressuposto a presença do conflito de interesses entre o incapaz e seu representante legal.
  3. No procedimento de interdição não requerido pelo Ministério Público, quem age em defesa do suposto incapaz é o órgão ministerial e, portanto, resguardados os interesses interditando, não se justifica a nomeação de curador especial.
  4. A atuação do Ministério Público como defensor do interditando, nos casos em que não é o autor da ação, decorre da lei (CPC, art. 1182, § 1º e CC/2002, art. 1770) e se dá em defesa de direitos individuais indisponíveis, função compatível com as suas funções institucionais.
  5. Recurso especial não provido.
- (REsp 1099458/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 02/12/2014, DJe 10/12/2014)

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO. REDUÇÃO DE ALÍQUOTA PREVISTA NA MEDIDA PROVISÓRIA N. 1.073/1995 E REEDIÇÕES. CONTROVÉRSIA SOBRE A NECESSIDADE DO PREENCHIMENTO DE REQUISITOS PARA A APLICAÇÃO DA ALÍQUOTA REDUZIDA. DECISÃO QUE SE FIRMA EM JURISPRUDÊNCIA ESCASSA, PORÉM DOMINANTE. VIOLAÇÃO DO ART. 557 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. PRESERVAÇÃO POR OCASIÃO DO JULGAMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL.

1. A configuração de jurisprudência dominante constante do art. 557 do CPC prescinde de que todos os órgãos competentes em um mesmo Tribunal tenham proferido decisão a respeito do tema. Isso porque essa norma é inspirada nos princípios da economia processual e da razoável duração do processo, e tem por finalidade a celeridade na solução dos litígios. Assim, se o Relator conhece orientação de seu órgão colegiado, desnecessário submeter-lhe, sempre e reiteradamente, a mesma controvérsia.
2. A eventual nulidade da decisão monocrática calcada no artigo 557 do CPC fica superada com a reapreciação do recurso pelo órgão colegiado, na via de agravo regimental.
3. A Medida Provisória n. 1.073/1995, sucessivamente reeditada (1.100/1995; 1.132/1995; 1.165/1995; e 1.200/1995), em seu art. 1º, procedeu à redução da alíquota do imposto de importação para 2%, com relação aos maquinários importados necessários à indústria automobilística em geral. Porém, em seu art. 15, a MP estabeleceu que o Poder Executivo deveria, por meio de regulamento, 'estabelecer os requisitos para habilitação das empresas ao tratamento a que se referem os artigos anteriores, bem como os mecanismos de controle necessários à verificação do fiel cumprimento do disposto nesta Medida Provisória'.
4. Não há, pois, à luz do art. 111 do Código Tributário Nacional, como entender que a redução da alíquota do imposto de importação não dependa do cumprimento dos requisitos legais, habilitação e/ou autorização, conforme previsão dos §§ 1º e 2º do art. 15 da MP n. 1.073/1995. Precedente: (REsp 1.449.110/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/6/2014, DJe 24/6/2014).

5. 'A redução de alíquota do Imposto de Importação, em razão de sua natureza extrafiscal, está afeta às políticas sociais e econômicas elaboradas pelo Poder Executivo, cujo mérito administrativo, conforme comezinha lição de direito administrativo, não se sujeita ao controle jurisdicional, salvo quanto à sua constitucionalidade e legalidade'. (REsp 1145540/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/10/2010, DJe 28/10/2010) Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1372886/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 05/12/2014)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. OFENSA AOS ARTS. 535 E 557 DO CPC NÃO CARACTERIZADA. APLICAÇÃO DE MULTA ADMINISTRATIVA PELO PROCON. POSSIBILIDADE. ATUAÇÃO DA ANATEL. COMPATIBILIDADE.

1. O Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos presentes autos.

2. A alegação de eventual nulidade em razão do recurso ter sido apreciado monocraticamente fica superada com a reapreciação da matéria pelo órgão colegiado em sede de agravo regimental.

3. O entendimento do Tribunal *a quo*, no sentido de que o PROCON tem poder de polícia para impor multas decorrentes de transgressão às regras ditadas pela Lei n.º 8.078/90, está em sintonia com a jurisprudência do STJ.

4. Ademais, conforme entendimento já registrado nesta Corte, a atuação do PROCON 'não exclui nem se confunde com o exercício da atividade regulatória setorial realizada pelas agências criadas por lei, cuja preocupação não se restringe à tutela particular do consumidor, mas abrange a execução do serviço público em seus vários aspectos, a exemplo, da continuidade e universalização do serviço, da preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e da modicidade tarifária' (REsp 1.138.591/RJ, Rel.

Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/09/2009, DJe 05/10/2009).

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1112893/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/10/2014, DJe 17/10/2014)

Assim, não prospera a pretensão, nos termos da Súmula n. 83/STJ.

4. Relativamente ao *caput* do art. 538 do CPC/73, consistente na tese de ser necessária a ratificação das razões recursais quando opostos embargos de declaração pela parte *ex adversa*, sob pena de não conhecimento, houve profunda mudança de entendimento quanto a esse ponto.

Inicialmente - e tratando especificamente do recurso especial, o Enunciado n. 418/STJ previa a obrigatória necessidade de ratificação das razões recursais após o julgamento de embargos de declaração, nos seguintes termos:

É inadmissível o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, sem posterior ratificação.

Em evolução jurisprudencial, esse enunciado foi cancelado em 1º de julho de 2016, mesma oportunidade na qual editado o de n. 579, assim lavrado:

Não é necessário ratificar o recurso especial interposto na pendência do julgamento dos embargos de declaração, quando inalterado o resultado anterior.

Esse entendimento subsiste até o presente momento, representando a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

5. Nessa linha de raciocínio, considerando que o mesmo entendimento foi aplicado pela Corte de origem e não obstante o julgamento ter-se operado em 2015, quando vigia a referida Súmula n. 418/STJ, a mudança jurisprudencial revela que a questão amadureceu no raciocínio jurídico desta Corte Superior, demonstrando a sensibilidade dos julgadores acerca da matéria.

Por isso, não pode de forma draconiana ser mantido entendimento que já não mais se coaduna com a essencial jurídico-processual, ainda mais quando expressamente consignado que não houve prejuízo pelo simples fato de não ter se operado modificação no julgado agravado de instrumento, pois rejeitados os então aclaratórios apresentados.

No caso concreto, decidiu o Tribunal de origem:

No caso concreto, tem-se que foram interpostos embargos declaratórios pelo Banco do Brasil S/A contra a decisão agravada que, por sua vez, foram rejeitados pelo juízo primevo, consoante se depreende de ato decisório publicado em 15/10/2014.

Neste delinear, força convir pela prescindibilidade da ratificação dos termos da objeção oposta, visto que não operada sua modificação/integração, sendo desarrazoado, à luz do princípio da instrumentalidade das formas, penalizar aquele que interpõe recurso tempestivo perante o ato decisório embargado. - fls. 1.248-1.249.

Diante disso, tenho por incidente a Súmula n. 83/STJ acerca desse ponto.

6. Relativamente ao art. 538, parágrafo único, do CPC de 1973, a jurisprudência pacífica do STJ, sedimentada na Súmula nº 98 assentou que "*Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório*".

Assim, não tem vez a aplicação da multa prevista no parágrafo único desse dispositivo legal diante da oposição de aclaratórios com fins de prequestionamento para acesso a instância superior, ainda mais quando a questão - e isso foi devidamente demonstrado acima - foi fruto de evolução jurisprudencial junto ao STJ, devendo ser afastada a multa aplicada.

A esse respeito, confira-se a jurisprudência:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. MULTA POR EMBARGOS PROTETATÓRIOS. REVISÃO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. A suscitada violação do art. 535 do Código de Processo Civil foi deduzida de modo genérico, sem a especificação dos pontos em que o aresto recorrido foi omissivo, nem a justificação da imprescindibilidade desses fundamentos para a correta solução da lide o que justifica a aplicação da Súmula 284/STF: 'É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia'.

**2. No tocante ao pleito de afastar a multa de 1% prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC, não se extrai da leitura dos declaratórios opostos na origem o notório propósito de prequestionamento, o que afasta a aplicação, na espécie, do enunciado n. 98 da Súmula desta Corte.**

3. A insurgência, na ocasião, baseou-se tão somente em omissão quanto à análise de matéria de fato, que demonstraria, segundo o agravante, 'a inexistência de *fumus boni iuris* no caso concreto' (e-fl. 124).

4. Afastar a conclusão quanto ao caráter protelatório dos declaratórios demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, o que é vedado em sede especial, ante o óbice do enunciado n. 7 da Súmula desta Corte.

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 413.360/ES, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/02/2014, DJe 20/02/2014)

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. ANÁLISE DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE NA VIA DO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 535, INCISOS I E II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. CONTRARIEDADE AO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. SÚMULA N.º 98 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. EXCLUSÃO DA MULTA. JUROS DE MORA. AUSÊNCIA DE INTERESSE EM RECORRER. PRAZO PRESCRICIONAL. PRINCÍPIO DA *ACTIO NATA*. APLICAÇÃO DA REGRA CONTIDA NO ART. 1.º DO DECRETO N.º 20.910/32. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. INEXISTENTE. PETIÇÃO INICIAL. FIXA OS PEDIDOS DEDUZIDOS EM JUÍZO. ART. 460 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. LEI N.º 8.911/94. INSTITUIÇÃO DE SISTEMÁTICA MAIS FAVORÁVEL AO SERVIDOR. OPÇÃO PELOS 'QUINTOS'. APOSENTADORIA. ALTERAÇÃO POSTERIOR DA SISTEMÁTICA. NECESSIDADE DE OPÇÃO. EXPRESSA. PRECEDENTES. HONORÁRIOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. COMPENSAÇÃO. NECESSIDADE.

1. A via especial, destinada à uniformização da interpretação da legislação infraconstitucional, não se presta à análise de possível violação a dispositivos da Constituição da República.

2. O acórdão hostilizado solucionou a quaestio juris de maneira clara e coerente, apresentando todas as razões que firmaram o seu convencimento, o que afasta a alegação de ofensa ao art. 535, incisos I e II, do Código de Processo Civil.

**3. É de ser afastada a multa aplicada pelo Tribunal *a quo*, uma vez que, nos termos da Súmula n.º 98/STJ, os embargos de declaração opostos com notório propósito de prequestionamento, como no caso dos autos, não têm caráter protelatório.**

4. (...)

11. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, parcialmente provido.

(REsp 1180306/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 17/04/2012, DJe 27/04/2012)

PROCESSUAL CIVIL. MALVERSAÇÃO DO ART. 538, P.ÚN., DO CPC. SÚMULA N. 98 DO STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM NÍTIDO PROPÓSITO PREQUESTIONADOR. AFASTAMENTO DA MULTA. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. CUSTAS. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 30 DO DECRETO 3.365/41.

1. Para apreciar a violação ao art. 538, p. ún., do CPC, cabe trazer à tona o que determina a Súmula n. 98 do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual 'embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório'. Na espécie, como se lê na petição dos aclaratórios (fls. 76/81), seu objetivo era prequestionador, o que afasta a incidência do art. 538, p. ún., do CPC.

2. (...)

4. Recurso especial parcialmente provido.

(REsp 1210198/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/10/2011, DJe 13/10/2011)

Por essas razões, deve ser provido o recurso, nesse ponto, para afastar a multa do art. 538, parágrafo único, do CPC de 1973.

7. Ante o exposto, conheço do agravo para dar parcial provimento ao recurso especial do BANCO DO BRASIL S/A, tão somente para afastar a multa do art. 538, parágrafo único, do CPC de 1973.

Publique-se. Intimem-se.



# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator